COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 6.187, DE 2016.

Altera o art. 147 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o exame toxicológico.

Autor: Deputado VALDIR COLATTO

Relator: Deputado HUGO LEAL

I - RELATÓRIO

Em exame, o Projeto de Lei acima epigrafado, de autoria do nobre Deputado Valdir Colatto, que visa a alterar a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o exame toxicológico.

Nos termos do Projeto e de sua justificção, o processo de habilitação seria “iniciado pelo exame toxicológico, com janela de detecção de até noventa dias (...), sendo o exame obrigatório também na etapa final do período probatório de um ano, da Permissão para Dirigir, com vistas à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação”.

Segundo argumenta seu Autor, o “controle mais rígido para a emissão do documento de habilitação tem por objetivo prover mais segurança no trânsito e diminuir o flagelo dos acidentes”.

A proposição foi distribuída, para análise de mérito, à Comissão de Viação e Transportes (CVT), onde recebeu parecer pela aprovação, com Substitutivo.

O referido Substitutivo trouxe, de forma geral, as seguintes inovações em relação ao texto original:

- a) menção direta e específica à exigência de exame toxicológico para habilitação e/ou renovação nas categorias

A e B, já que, atualmente, o Código de Trânsito Brasileiro já dispõe sobre exame toxicológico para a habilitação e renovação da Carteira Nacional de Habilitação nas categorias C, D e E;

b) definição de “atividade remunerada ao veículo”;

c) tipificação de infração em caso de condução de veículo em atividade remunerada sem o registro de tal condição no documento de habilitação.

A matéria está sujeita a apreciação conclusiva pelas Comissões e segue regime de tramitação ordinária.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 6.187/2016 e do Substitutivo aprovado pela Comissão de Viação e Transportes, a teor do disposto no art. 32, inciso IV, alínea “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Passemos à análise da **constitucionalidade formal** das proposições em apreço.

Nos termos do art. 22, XI, da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre trânsito, não havendo, portanto, que se falar em vício de competência.

Apresenta-se igualmente legítima a iniciativa parlamentar, eis que a apresentação de projeto de lei sobre tal tema não foi reservada, pelo constituinte, a órgão ou agente determinado.

Quanto à **constitucionalidade material** das proposições, não se vislumbra qualquer ofensa aos princípios e regras plasmados na Lei Maior.

No que tange à juridicidade, a matéria inova o ordenamento jurídico e respeita os princípios gerais do direito.

No que se refere à técnica legislativa, não obstante o Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes tenha aperfeiçoado o texto original do Projeto, verificamos que é necessário manter a simetria do Código

de Trânsito Brasileiro, considerando que todas as categorias que exercem a atividade remunerada estão expostas a riscos similares. Da forma como o texto foi apresentado naquela Comissão poderia haver dúvidas quanto ao alcance da norma, razão pela qual apresentamos a subemenda nº 1 alterando a alínea “b” do § 8º que está sendo inserido por meio do substitutivo da CVT, fim de que se mantenha a coerência textual do Código de Trânsito Brasileiro.

Como consequência dessa adequação redacional será necessário alterar a referência contida no art. 3º do Substitutivo, excluindo-se a expressão “para a renovação da Carteira Nacional de Habilitação” e ajustando a redação para uma forma mais direta relacionando ao dispositivo a que se refere o prazo concedido, a fim de que não haja dúvida quanto ao alcance do pretendido pela proposta de alteração ora inserida no CTB, o que fazemos por meio da subemenda nº 2.

Diante do exposto, manifestamos nosso voto **pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 6.187/2016 e do Substitutivo aprovado pela Comissão de Viação e Transportes, com as subemendas em anexo.**

Sala da Comissão, em 04 de dezembro de 2017.

Deputado HUGO LEAL
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 6.187, DE 2016, APROVADO NA COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a exigência do exame toxicológico para os condutores das categorias A e B.

SUBEMENDA Nº 1 AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Dê-se à alínea “b” do § 8º, inserido no art. 148-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, pelo art. 2º do Substitutivo da CVT, a seguinte redação:

“b) aos condutores habilitados nas categorias A ou B que exerçam atividade remunerada ao veículo, na renovação da Carteira Nacional de Habilitação e nos interstícios estabelecidos nos §§ 2º e 3º.” (NR)

Sala da Comissão, em 04 de dezembro de 2017.

Deputado HUGO LEAL

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 6.187, DE 2016, APROVADO NA COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a exigência do exame toxicológico para os condutores das categorias A e B.

SUBEMENDA Nº 2 AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Dê-se ao art. 3º do Substitutivo da CVT a seguinte redação:

“Art. 3º A realização do exame toxicológico para os condutores de que trata a alínea ‘b’ do art. 148-A da Lei nº 9.503, de 1997, será exigida a partir do sexto mês da vigência desta Lei.”

Sala da Comissão, em 04 de dezembro de 2017.

Deputado HUGO LEAL

Relator